



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 117, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2015, que Acrescenta o
art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe
sobre o Estatuto do Índio.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Telmário Mota

19 de Setembro de 2019





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2015 (Projeto de Lei nº 1.057, de 2007), do Deputado Henrique Afonso, que *acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.*

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2015, que altera a Lei nº 6.001, de 19 de setembro de 1973, (Estatuto do Índio) para reforçar e ampliar os mecanismos de garantia do direito à vida, à saúde e à integridade física e psíquica das crianças, dos adolescentes, das mulheres, das pessoas com deficiência e das pessoas idosas indígenas.

Para isso, a proposição acrescenta o art. 54-A, com doze parágrafos, ao Estatuto do Índio. O *caput* do novo artigo afirma a prevalência dos direitos fundamentais presentes na Constituição e em acordos e tratados internacionais de que o Brasil é parte sobre as práticas tradicionais indígenas sempre que houver conflito entre elas. Para tanto, em seus parágrafos, a proposição reafirma os deveres das autoridades responsáveis pela política indigenista de proteger aqueles direitos fundamentais sempre que ameaçados; enumera, de modo não exaustivo, algumas situações em que os direitos fundamentais são ameaçados, da seguinte maneira: (i) obriga à





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

proteção de pessoas que se posicionarem a favor dos direitos fundamentais daquelas pessoas indígenas; (ii) obriga o desenvolvimento de projetos para a proteção daquelas pessoas; (iii) determina o cadastramento de gestantes por etnia ou aldeia; (iv) relaciona casos em que as gestantes indígenas devem receber atenção especial; (v) reafirma o dever de todo cidadão, ou cidadã, de informar à autoridade quanto a violações de direitos fundamentais; (vi) reafirma a responsabilização das autoridades quando não adotarem, de maneira imediata, as medidas cabíveis para a proteção e defesa das crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e pessoas idosas indígenas em situação de risco; (vii) assegura o sigilo sobre a pessoa do denunciante de lesões a direitos fundamentais; (viii) atribui às ouvidorias dos órgãos de política indígena a tarefa de receber denúncias e encaminhá-las ao Ministério Público; (ix) determina a retirada dos ameaçados do convívio familiar ou grupal e seu retorno ao mesmo tão logo tenham cessado os riscos.

Em novembro de 2016 foi realizada audiência pública nesta CDH para a instrução da matéria.

A proposição foi distribuída para exame da CDH e, em seguida, seguirá para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa competência para opinar sobre matéria relativa à proteção dos direitos humanos e dos direitos das minorias sociais ou étnicas. Portanto, é regimental o exame do PLC nº 119, de 2015, nesta Comissão.





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

Como é sabido, as crenças e práticas tradicionais indígenas ocasionalmente implicam atos que, do ponto de vista da sociedade nacional, são lesivos aos direitos fundamentais das pessoas a que se refere a proposição. Por essa razão é que temos em mãos questão constitucional relevante, pois se trata de conflito de sistemas de valores e da necessidade de se decidir entre eles.

A Carta Magna, em seu art. 231, fixa que são “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”. No mesmo sentido, o Estatuto do Índio, em seu art. 6º, determina que sejam “respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos atos ou negócios realizados entre índios”. Porém, a mesma Carta Magna, em todo o seu art. 5º, não deixa dúvidas quanto ao império dos direitos humanos na ordem jurídica brasileira.

Embora difícil a decisão, não devemos adiá-la. Temos de decidir, de uma vez por todas, se vamos ficar presos a formas tradicionalistas de pensamento e ação ou se vamos avançar rumo à inclusão de todas as nossas populações. Portanto, sem hesitar, afirmamos que a modernização do Brasil requer a extensão do respeito aos direitos humanos a todo local e a todas as vidas brasileiras – e os indígenas são brasileiros, inclusive sob a forma da lei, conforme o art. 5º de seu Estatuto.

Ademais, estou seguro de que, se tratarmos de melhorar as condições de vida das populações indígenas, a necessidade de agir contra direitos fundamentais, o que às vezes a tradição indígena aparentemente sugere, há de se desvanecer por si mesma. Mas, enquanto isso não ocorre, direitos fundamentais têm sido desrespeitados entre nós, o que causa danos à consciência nacional – e devemos agir para defender os vulneráveis que possam ser alvejados por tradições que merecem ser reavaliadas.



SF/19659.59838-13



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19659.59838-13



Relatório de Registro de Presença
CDH, 19/09/2019 às 09h - 101ª, Extraordinária
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA	4. MARA GABRILLI

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

MAJOR OLIMPIO
CIRO NOGUEIRA
JAYME CAMPOS
MARCOS DO VAL

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 119/2015)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR TELMÁRIO MOTA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

19 de Setembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa